

PUBLICIDADE LEGAL



PANATLÂNTICA

COMPANHIA ABERTA - código CVM nº 94 - CNPJ 92.693.019/0001-89 - NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 02 de maio de 2024, às 11hs, em sua sede social, na Rua Rudolfo Vontobel, 600, Distrito Industrial de Gravataí/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1. Alteração do Estatuto Social nos seguintes pontos: a. Alterar a redação do Artigo 11 do Estatuto Social, para aumentar o prazo do mandato da administração para 02 anos; b. Alterar a redação do *caput* do Artigo 12 do Estatuto Social, para prever que o Conselho será composto por 3 (três) ou 5 (cinco) membros e que seus membros não precisam ser acionistas da companhia, nos termos da legislação atual, bem como alterar a redação do seu Parágrafo 4º, para reduzir o prazo de segunda convocação das reuniões do Conselho para 2 (dois) dias; c. Alterar a redação do Artigo 13 do Estatuto Social para incluir matérias de competência do Conselho de Administração, nos termos da Proposta da Administração, e d. Alterar a redação do Artigo 16 do Estatuto Social, para prever que a diretoria será composta de até 6 (seis) membros. 2. Consolidação do Estatuto Social, nos termos da Proposta da Administração. **Instruções Gerais:** (i) Os acionistas, para terem sua participação admitida na Assembleia, deverão observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante atualizado expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. (ii) Em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar procuração na sede da Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia. (iii) a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Gravataí/RS, 11 de abril de 2024. Raul Maselli - Presidente interino do Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 02 de maio de 2024, às 11h30m, em sua sede social, na Rua Rudolfo Vontobel, 600, Distrito Industrial de Gravataí/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1. Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Externa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; 2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31.12.2023; 3. Eleger os membros para compor o conselho de administração, conforme indicados na Proposta da Administração; e 4. Fixar a remuneração global dos administradores. **Instruções Gerais:** (i) Os acionistas, para terem sua participação admitida na Assembleia, deverão observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante atualizado expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. (ii) Em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar procuração na sede da Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia. (iii) É facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração, conforme o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76 e nas Instruções Normativas CVM 70/22 e 81/22. (iv) Além disso, a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Gravataí/RS, 11 de abril de 2024. Raul Maselli - Presidente interino do Conselho de Administração. ASCOL

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

**STE - SERVIÇOS
TÉCNICOS DE
ENGENHARIA S/A**
CNPJ nº 88.849.773/0001-98
NIRE 43 3 0000418-0
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar na sede social da companhia, rua Saldanha da Gama, 225 – bairro Harmonia, CEP 92.310-630, Canoas/RS, às 14:00 horas do dia 26 de abril de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Tomada de contas dos Administradores, exame e aprovação do relatório e demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. 2) Destinação do resultado do exercício. 3) Distribuição de dividendos estatutários conjuntos com os juros remuneratórios do capital próprio. 4) Aumento do Capital Social mediante capitalização de reservas, bem como a correlata alteração Estatutária. 5) Eleição de administradores. 6) Fixação da remuneração dos Administradores.

Canoas/RS, 12 de abril de 2024.
ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Presidente.

BAIXE O
APP JC

DISPONÍVEL NO
Google play

DISPONÍVEL NA
App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

COMERCIAL CESA S/A
CNPJ 88.614.235/0001-14 - NIRE 43 3 0001455 0
CONVOCAÇÃO: Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:30h, do dia 26 de abril de 2024, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
I) Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023; b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de dividendos; c) Outros assuntos de interesse social. II) Assembleia Geral Extraordinária: a) Eleição da Diretoria para 2024/2026 e fixar seus honorários; b) Outros assuntos de interesse social.
Caxias do Sul, 12 de março de 2024. **A Diretoria.**

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

Mega Negócios Imobiliários S/A

CNPJ 87.819.306/0001-52 - NIRE 43 3 0001885 7
CONVOCAÇÃO: Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:00h do dia 26 de abril de 2024, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094A, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
 1) Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2023; b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de Dividendos; c) Outros assuntos de interesse social.
 Caxias do Sul, 12 de março de 2024. **A Diretoria.**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Vibra Agroindustrial S.A CNPJ 93.586.303/0001-19 NIRE 43.3.0004857-8



Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos a V. Sas., o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Montenegro, RS, 28 de março de 2024.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

I - Balanço Patrimonial

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	35.419	134.566	40.491	137.893	Fornecedores	266.998	279.857	265.680	320.821
Aplicações financeiras	3.976	2.368	3.976	2.368	Empréstimos e financiamentos	819.940	476.552	819.940	476.552
Contas a receber de clientes	368.272	288.924	349.499	304.053	Tributos e contribuições a recolher	2.734	1.742	2.896	3.198
Estoques	196.362	232.599	201.915	248.664	Salários e encargos sociais	32.246	35.819	32.445	35.849
Ativo biológico	116.629	129.587	116.629	129.587	Dividendos	4.256	4.256	4.256	4.256
Despesas antecipadas	1.589	1.174	1.723	1.311	Provisões para litígios	-	4.081	-	4.081
Tributos a recuperar	175.732	164.013	176.004	165.006	Outros passivos	8.265	12.405	10.429	12.405
Adiantamentos	4.331	10.726	4.331	10.726	Instrumentos financeiros				
Outros ativos	521	7.304	2.958	7.307	derivativos passivos	4.350	10.503	4.350	10.503
Instrumentos financeiros					Total do passivo circulante	1.138.789	825.215	1.139.996	867.665
derivativos ativos	1.384	1.384	1.384	1.384	Não circulante				
Total do ativo circulante	904.215	972.645	898.910	1.008.299	Empréstimos e financiamentos	326.237	151.434	326.237	151.434
Não circulante					Partes relacionadas	2.448	2.448	-	-
Tributos a recuperar	38.207	38.280	38.207	38.280	Provisões para litígios	4.321	-	4.321	-
Impostos diferidos	203.588	25.532	203.588	25.532	Passivo a descoberto controladas	4.030	4.308	-	-
Depósitos judiciais	216	187	216	187	Outros passivos	3.229	-	3.227	-
Outros ativos	1.662	1.640	1.662	1.640	Receitas diferidas	1.700	1.700	1.700	1.700
Investimentos	183	78	183	78	Total do passivo não circulante	341.965	159.890	335.485	153.134
Ativo Biológico	82.252	67.258	82.252	67.258	Patrimônio líquido				
Imobilizado	623.311	551.583	623.343	551.623	Capital social	646.500	646.500	646.500	646.500
Intangível	66.352	67.025	66.352	67.025	Reserva de lucro/(prejuízo	(211.583)	89.046	(211.583)	89.046
Total do ativo não circulante	1.015.771	751.583	1.015.803	751.623	acumulado)				
Total do ativo	1.919.986	1.724.228	1.914.713	1.759.922	Ajustes de avaliação patrimonial	2.944	3.100	2.944	3.100
					Outros resultados abrangentes	1.371	477	1.371	477
					Total do patrimônio líquido	439.232	739.123	439.232	739.123
					Total do passivo e do	1.919.986	1.724.228	1.914.713	1.759.922
					patrimônio líquido				

II - Demonstrações dos Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	2.814.790	2.856.082	2.865.223	2.809.134
Custo dos produtos vendidos	(2.722.855)	(2.277.377)	(2.766.736)	(2.226.666)
Lucro bruto	91.935	578.705	98.487	582.468
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(375.184)	(347.672)	(379.703)	(349.246)
Despesas gerais e administrativas	(93.475)	(92.512)	(97.526)	(95.370)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.981)	2.633	(11.981)	2.633
Equivalência patrimonial	(616)	81	-	-
Impairment sobre ativos financeiros	(24)	(585)	(24)	(585)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(389.345)	140.650	(390.747)	139.900
Despesas financeiras	(180.482)	(208.046)	(180.522)	(208.046)
Receitas financeiras	90.596	182.461	92.038	183.211
Resultado financeiro, líquido	(89.886)	(25.585)	(88.484)	(24.835)
Resultado antes dos impostos	(479.231)	115.065	(479.231)	115.065
Imposto de renda e contribuição social corrente	390	(34.022)	390	(34.022)
Imposto de renda e contribuição social diferido	178.056	10.939	178.056	10.939
Resultado líquido do exercício	(300.785)	91.982	(300.785)	91.982

III - Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(300.785)	91.982
Outros resultados abrangentes	-	-
Varição cambial sobre controladas do exterior	894	412
Total dos resultados abrangentes do exercício	(299.891)	92.394

V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(479.231)	115.065	(479.231)	115.065
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações, amortizações e exaustão	135.899	124.158	135.904	124.180
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	2.201	764	2.201	764
Resultado na baixa de ativo biológico	-	1.362	-	1.362
Resultado de equivalência patrimonial	616	(81)	-	-
Provisão para litígios e depósitos judiciais	240	307	240	307
Provisão de encargos financeiros e variação cambial	76.218	44.848	76.218	44.848
Provisão de variação cambial sobre clientes e fornecedores	2.260	902	2.260	862
Provisão rendimento de aplicação financeira	(464)	(214)	(464)	(214)
Valor justo de instrumentos financeiros				
derivativos	(6.153)	7.489	(6.153)	7.489
Provisão para perda esperada em clientes	24	585	24	585
Créditos tributários recuperados	(1.278)	(1.062)	(1.278)	(1.062)
Provisão para perda de estoque	240	-	240	-
Deságio na venda de crédito fiscal ICMS	13.303	-	13.303	-
(256.125)	294.123	(256.736)	294.186	
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	(81.754)	(204.095)	(47.852)	(212.226)
Estoques	35.997	120.795	46.509	104.730
Ativo biológico	12.958	(23.364)	12.958	(23.364)
Tributos a recuperar	(23.671)	(30.231)	(22.949)	(31.147)
Variação de outros ativos circulantes	13.012	(11.137)	10.582	(11.144)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(12.735)	137.922	(55.017)	155.457
Obrigações trabalhistas	(3.573)	11.656	(3.405)	11.726
Obrigações fiscais	1.382	(34.022)	89	(33.359)
Variação de outros passivos	(1.214)	4.199	1.840	4.573
Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	(315.723)	265.886	(313.981)	259.432
Das atividades de investimento				
Acrécimo de aplicação financeira	(1.144)	(132)	(1.144)	(132)
Acrécimo do imobilizado	(107.097)	(114.179)	(107.094)	(114.170)
Acrécimo do ativo biológico	(117.296)	(97.150)	(117.296)	(97.150)
Aquisição de intangível	(35)	(3.195)	(35)	(3.195)
Venda do imobilizado	279	-	279	-
Outros Investimentos	(105)	(59)	(105)	(59)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(225.398)	(214.715)	(225.395)	(214.706)
Das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	1.178.542	289.425	1.178.542	289.425
Juros pagos	(65.215)	(60.372)	(65.215)	(60.372)
Pagamentos de empréstimos	(670.281)	(382.584)	(670.281)	(382.584)
Caixa líquido usado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	443.046	(153.531)	443.046	(153.531)
Redução das disponibilidades	(98.075)	(102.360)	(96.330)	(108.805)
Disponibilidades				
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	134.566	237.640	137.893	247.411
Caixa mais equivalentes de caixa finais	35.419	134.566	40.491	137.893
Efeitos da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa	(1.072)	(714)	(1.072)	(713)
Redução das disponibilidades	(98.075)	(102.360)	(96.330)	(108.805)

prios bens objeto dos contratos. Os contratos de curto prazo são também sem garantias, exceto em casos de linhas subsidiadas, quando o próprio bem objeto do financiamento poderá ser a garantia.

j) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar suas demonstrações contábeis.

IV - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado						
	Reserva de lucros		Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Outros resultados abrangentes	
	Capital social	Reserva legal					Reserva de incentivos fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	646.500	-	1.102	-	3.318	65	650.985
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	91.982	-	91.982
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	218	(218)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	412	412
Reserva de incentivos fiscais	-	-	47.183	-	(47.183)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	38.303	(38.303)	-	-
Reserva legal	-	2.240	-	-	(2.240)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.256)	-	(4.256)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	646.500	2.240	48.285	38.521	3.100	477	739.123
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(300.785)	-	(300.785)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	156	-	156
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(156)	894	894
Absorção de prejuízo com reserva de incentivos fiscais	-	-	(48.285)	-	48.285	-	-
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	(38.521)	38.521	-	-
Absorção de prejuízo com reserva legal	-	(2.240)	-	-	2.240	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	646.500	-	-	-	2.944	(211.583)	439.232

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. **Contexto Operacional**
A Vibra Agroindustrial S.A. ("Companhia" ou Controladora) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É constituída por ações ordinárias nominativas, regida pelas disposições contidas no seu estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, com sua sede social estabelecida na Rodovia RS 124, Km 02, no Bairro Estação, Montenegro/RS. A Companhia é composta por 16 unidades distribuídas em três estados brasileiros, sendo: Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, tendo como atividades principais a criação de matrizes de aves (galinhas) e a criação e abate de frangos com a finalidade de comercialização de proteína de frango. A Companhia possui como marcas: Nat e Avia (alimentos de frango congelados).

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas incluem, além das operações individuais da Controladora no Brasil, as atividades da sua controlada Vibra Food Trading LLC nos Emirados Árabes Unidos.

2. **Apresentação das Demonstrações Contábeis**
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da controladora e sua controlada em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

3. **Principais Políticas Contábeis**
a) As presentes Demonstrações contábeis compreendem o período de atividade iniciada em 01 de janeiro de 2023 e encerrado em 31 de dezembro de 2023.
b) A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Para contratos nacionais, esse fato ocorre geralmente no momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos de vendas internacionais, a entrega é reconhecida, geralmente, no momento em que os produtos são carregados no navio de transporte, no porto de origem, observado o Incoterm aplicado na operação.
c) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
d) As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. O prazo

médio de vencimento das contas a receber no mercado interno é inferior a 90 dias e não requer ajuste a valor presente.

e) Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Matérias-primas, produtos químicos, embalagens e materiais de manutenção e consumo - custo médio de aquisição. Produtos acabados - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Os ativos biológicos consumíveis são aqueles representados por aves em campo, para abate e ovos incubáveis, a Companhia entende que o valor justo está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais. Os ativos biológicos para a produção, representados por matrizes, estão classificados como ativo permanente. Durante o período de recria, que compreende o período de 0 a 24 semanas, aproximadamente seis meses, além dos custos de aquisição, são alocados os custos mão de obra, ração e medicamentos. Após o período de recria, os ativos passam a ser exauridos durante o seu ciclo produtivo, aproximadamente 11 meses, com base no número estimado de ovos produzidos.

g) Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
h) O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado,

PUBLICIDADE LEGAL

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. - CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os senhores acionistas da CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 14hs30min. (quatorze horas e trinta minutos), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 1450, Auxiliadora, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** deliberar sobre a destinação dos resultados apurados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Eleger os membros do conselho de administração da Companhia; **(d)** Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. Informamos que a presença na reunião também poderá ser virtual, através do ID: <https://zoom.us/j/4785300928>. Porto Alegre, RS, 15 de abril de 2024. **Sérgio Antônio L. de Mello Saraiva** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.

CNPJ nº 05.040.481/0001-82 - NIRE 43.300.041.875

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local: 28 de março de 2024, às 10 horas, na sede do Banco de Lage Landen Brasil S.A., na Av. Soledade, 550, 8º andar, bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP 90470-340 ("Companhia"). **Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Sr. **Jose Luis Souza de Campos**, Presidente; Sr. **Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann**, Secretário. **Convocação e Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios referidos no caput do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em face da presença da totalidade dos acionistas. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destituição de membro da Diretoria da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Foi aprovada, por unanimidade, a destituição do Sr. Alberto Flores Rosa, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade (RG) nº 6079165574, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 830.210.350-00, residente na Rua Faria Santos, nº 395, apartamento 301, Bairro Petrópolis, CEP 90670-150, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, do cargo de Diretor Executivo da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura, na forma de sumário, conforme permitido pelo artigo 130, § 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Sr. **Jose Luis Souza de Campos**, Presidente; Sr. **Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann**, Secretário; Acionistas: **De Lage Landen Participações Ltda.**, p. José Luis Souza de Campos e Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann; **De Lage Landen Corporate Finance B.V.**, p.p. Heverton Novaes Assumpção da Mata e Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann. *Declaramos que a presente é uma cópia fiel da redação do Livro de Atas da Assembleia Geral de Acionistas.* **Mesa:** **José Luis Souza de Campos** - Presidente da Mesa; **Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann** - Secretário da Mesa. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul:** Certifico registro sob o nº 10319797 em 11/04/2024 da Empresa BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A., NIRE 43300041875 e Protocolo 241237017 - 09/04/2024. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

**Transportadora
Sulbrasileira de Gás S/A**

CGCMF nº 03.146.349/0001-24

CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** e em **Assembleia Geral Extraordinária**, que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 10 horas, na Rua Furriel Luiz Antônio Vargas, 250 – Conjunto 1304, Porto Alegre, RS, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: I. Assembleia Geral Ordinária: (i) Apreciação das Demonstrações Financeiras e Relatórios de Administração da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. II. Assembleia Geral Extraordinária: (i) Fixação do montante de recursos destinados à remuneração dos administradores;

Porto Alegre, 12 de abril de 2024.
Guido Rogério Macedo Silveira Filho
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL

CIEE-RS

CNPJ Nº 92.954.957/0001-95

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Associados, em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, o Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul, CIEE-RS tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras completas incluindo todas as Notas Explicativas, o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório dos Auditores Independentes, pertinentes aos Exercícios Sociais de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ 1)				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ 1)			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		140.389.714	150.519.902	CIRCULANTE		20.009.856	19.819.446
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.361.349	135.307.110	Fornecedores e credores	13	2.433.382	2.011.084
Aprender a receber	5	10.836.817	7.710.147	Obrigações sociais e tributárias	14	8.235.252	5.386.149
Estágio a receber	5	3.350.535	1.854.345	Bolsa auxílio estagiários a repassar	15	5.286.700	6.625.410
Convênios a receber	6	1.900.000	4.036.000	Receitas a realizar centro de eventos	-	426.455	333.827
Aluguéis a receber	-	712.246	601.184	Receitas a realizar convênios	6	3.628.067	5.462.976
Adiantamentos	7	946.277	656.886	NÃO CIRCULANTE		3.859.106	6.290.579
Almoxarifado	-	140.975	130.386	Provisões para contingências	16	59.106	56.579
Despesas do exercício seguinte	-	141.515	224.144	Receitas a realizar convênios	6	3.800.000	6.234.000
NÃO CIRCULANTE		357.535.777	263.455.216	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	474.056.529	387.865.093
Realizável a longo prazo	-	231.049.447	165.563.949	Patrimônio social	-	387.865.093	317.583.912
Depósitos judiciais	16	473.067	580.735	Superávit líquido do exercício	-	86.191.436	70.281.181
Cauções	8	636.739	636.239	TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO		497.925.491	413.975.118
Convênios a receber	6	3.800.000	6.234.000				
Investimentos financeiros	9	226.139.641	158.112.975				
Investimentos	9	401.728	401.728				
Propriedades para investimentos	10	34.155.979	34.890.942				
Imobilizado	11	87.275.809	59.986.962				
Intangível	12	4.652.814	2.611.635				
TOTAL DO ATIVO		497.925.491	413.975.118				

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRENTANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ 1)			
	2023	2022	
Superávit líquido do exercício	86.191.436	70.281.181	
Outros resultados abrangeantes	-	-	
Resultado abrangente total	86.191.436	70.281.181	

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ 1)

NOTA 01 - Contexto operacional: O Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul - CIEE-RS, constituído por Assembleia em 28 de abril de 1969, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de assistência social beneficente, educacional e cultural, tendo prazo indeterminado, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 861, Bairro Higienópolis - Porto Alegre/RS - CEP 90.550-142 e Foro na mesma cidade, regendo-se pelo Estatuto Social e pela legislação que lhe for pertinente. **Fonte de recursos** - Os recursos para manutenção das atividades são obtidos mediante convênios operacionais, firmados com empresas e com órgãos públicos. São obtidos por meio de contribuições institucionais do quadro de membros cooperadores de empresas privadas e públicas, decorrentes das atividades de integração entre Empresa-Escola, por meio do Programa de Estágio de Estudantes Lei nº 11.788 de 25/09/2008, do Programa Aprendiz (art.428 e seguintes da CLT) e da Lei nº 10.097/2000, (a "Lei da Aprendizagem") e dos rendimentos auferidos do seu patrimônio, tais como aluguéis de salas, estacionamento, centro de eventos e teatro. As atividades desenvolvidas pelo CIEE/RS enquadram-se no disposto no art. 203, inciso III da constituição federal, art. 2º, inciso III e art 3º da Lei nº 8.742 de 1993 (LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social), e tem como objetivo a promoção da integração ao mundo do trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social. As atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e ações sociais voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos. O CIEE/RS não recebe diretamente, a título de doação ou subvenção imediata, de qualquer órgão federal, estadual ou municipal. **NOTA 02 - Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da entidade e autorizadas para divulgação em 02 de abril 2024, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros. **NOTA 03 - Práticas contábeis materiais:** As práticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações contábeis da Entidade: **a) Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. **b) Moeda funcional:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para R\$1, exceto quando indicado de outra forma. **c) Instrumentos financeiros:** Os Instrumentos Financeiros são classificados numa das três categorias: Instrumentos Financeiros ao custo amortizado; Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, bem como contas a pagar e outras dívidas. A Entidade não possui operações com Instrumentos Financeiros de natureza decorrente de Derivativos. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, cartões fundo fixo, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **e) Receitas operacionais:** Compreendem o valor justo das contraprestações recebidas ou a receber de contribuição institucional pela intermediação sobre as "Bolsas Auxílios de Estágios" do Programa Estágio, Programa Aprendiz - contribuição de capacitação teórica dos jovens e outras Receitas de Atividades meio da Entidade. **g) Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes:** Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. **h) Imobilizado e intangível:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. A depreciação e amortização são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, considerando: Imobilizado- taxa/Vida útil: Edifícios 2% a.a. / 50 anos, Imóveis 2% a.a. / 50 anos Instalações 10% a.a. / 10 anos, Máquinas e equipamentos 10% a.a. / 10 anos, Móveis e utensílios 10% a.a. / 10 anos, Benfiteiros em prédios de terceiros 10% a.a. / 10 anos, Computadores e periféricos 20% a.a. / 5 anos. Intangível- taxa/Vida útil Intangível de software 20% a.a. / 5 anos. Revisamos anualmente os bens do Imobilizado, e do Intangível com base em Laudos de avaliações de especialistas com o objetivo de identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados ou alterações na forma de uso e manutenções que possam afetar a vida útil dos bens. Com base nos respectivos Laudos, a partir de janeiro de 2023 os valores residuais e a vida útil dos Edifícios e Imóveis da Entidade foram reclassificados pela Administração da Entidade para taxa/Vida útil 2% a.a. / 50 anos. **j) Propriedades para investimentos:** Referem-se às propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado por imóveis destinados à renda, os quais estão demonstrados pelo valor de custo. Inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. Depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, revisamos anualmente as propriedades para investimentos, com base em Laudos de Avaliações de especialistas com o objetivo de identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados ou alterações na forma de uso e manutenções que possam afetar a vida útil dos bens. Com base nos respectivos Laudos, a partir de janeiro de 2023 os valores residuais e a vida útil das Propriedades para Investimento foram reclassificados pela Administração da Entidade para taxa/Vida útil de 2% a.a. / 50 anos. **k) Redução ao valor recuperável de ativos:** Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **l) Ajuste a valor presente:** Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto e longo prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante. **m) Apuração do resultado:** O resultado do período foi apurado segundo Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. O Resultado do exercício está incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências estatutárias no ano seguinte. O Resultado do exercício será aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a ITG 2002(R1) conforme destacado na nota 16. **n) Arrendamento mercantil e operacional NBC TG 06 (R3) - Arrendamento:** A NBC TG 06 (R3) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma (exceto aqueles enquadrados nas isenções) que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Nas análises realizadas pela Entidade não foi identificado a necessidade de ajuste decorrente da aplicação norma, em suas demonstrações contábeis, uma vez que os saldos envolvidos não são representativos para a administração. **o) Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando estimativas referentes à valorização de permutas, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **p) Provisão para contingências:** A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Provisões são

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ 1)

	Patrimônio Social	Superávit Líquido do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2021	281.539.271	36.044.641	317.583.912
Transferência para o patrimônio social	36.044.641	(36.044.641)	-
Superávit líquido do exercício	-	70.281.181	70.281.181
Saldo em 31/12/2022	317.583.912	70.281.181	387.865.093
Transferência para o patrimônio social	70.281.181	(70.281.181)	-
Superávit líquido do exercício	-	86.191.436	86.191.436
Saldo em 31/12/2023	387.865.093	86.191.436	474.056.529

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

constituídas para as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis, incluindo-se a leitura das Notas Explicativas. **NOTA 04 - Caixa e equivalentes de caixa:** (a) Refere-se ao saldo de caixa da matriz. (b) Referem-se aos saldos disponíveis em contas correntes bancárias da matriz. (c) Referem-se aos saldos de Cartões de Débito do Fundo Fixo das unidades operacionais. (d) Referem-se principalmente a fundos de investimento e em Certificados de Depósito Bancário - CDB, administrados por bancos de grandeza nacional, que aplicam em cotas de fundos de investimentos em empresas de curto prazo, conforme análise das melhores taxas de mercado. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

	2023	2022
(a) Caixas	15.654	10.415
(b) Bancos	9.864.792	3.216.495
(c) Cartões Fundo Fixo unidades operacionais	103.832	168.108
(d) Aplicações Financeiras Ativo Circulante	112.377.071	131.912.092
Total	122.361.349	135.307.110

NOTA 05 - Aprender a Receber / Estágio a Receber: Referem-se às contribuições destinadas ao CIEE/RS, pelas organizações com convênio para o Programa de Integração ao Mundo do Trabalho - Estágio e Aprendizagem. Os saldos a receber correspondem basicamente às contribuições institucionais dos serviços prestados do quadro de membros cooperadores de empresas privadas e públicas, cujo recebimento ocorre principalmente no mês subsequente. A Entidade utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contribuições institucionais a receber. As perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade. Sobre o montante em atraso provisionado há mais de 180 dias foi constituído o valor a título de provisão de créditos de liquidação duvidosa. A administração considera esse critério adequado para cobrir as perdas na realização dos valores a receber do programa aprendiz.

	2023	2022
Total Contribuições Institucionais Aprender a Receber	11.152.942	8.103.132
(a) Perdas estimadas em créditos de liquid. duvidosa (aprendiz)...	(316.125)	(392.985)
Total contribuições institucionais aprendiz	10.836.817	7.710.147
Total Contrib. Institucionais Estágio a Receber	3.350.535	1.854.345
	14.187.352	9.564.492

Análise vencimentos contribuições aprendiz / estágio a receber

	2023	2022
Prazo	Créditos a vencer	Créditos vencidos
até 30 dias.....	9.700.588	9.700.588
31 a 60 dias.....	-	2.632.280
61 a 90 dias.....	-	628.646
91 a 120 dias.....	-	408.953
121 a 150 dias.....	-	335.121
151 a 180 dias.....	-	176.453
Acima de 180 dias.....	-	305.311
Total contribuições a receber	9.700.588	4.486.764

	2023	2022
Prazo	Créditos a vencer	Créditos vencidos
até 30 dias.....	7.892.919	-
31 a 60 dias.....	-	1.143.227
61 a 90 dias.....	-	221.405
91 a 120 dias.....	-	109.986
121 a 150 dias.....	-	120.209
151 a 180 dias.....	-	76.746
Acima de 180 dias.....	-	-
Total contribuições a receber	7.892.919	1.671.573

NOTA 06 - Convênios a Receber / Receitas a Realizar de Convênios: São registradas nestas rubricas os valores a receber do Governo do Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos estabelecidos nos Termos de Colaboração FPE N.º 154/2018 e 164/2018 para a execução da Programa de Oportunidades e Direitos - POD Socioeducativo e o Termo de Colaboração FPE N.º 2929/2020 Centro da Juventude Alvorada e do convênio privado com o banco Banrisul.

	2023	2022
Receitas convênios a receber POD Socioeducativo.....	2.136.000	1.900.000
Receitas convênio Banrisul.....	1.900.000	1.900.000

Conta Patrimonial	Saldo Inicial	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido	Valor Justo
Propriedade investimento.....	45.436.652	45.436.652	21.045.711	734.962	21.780.673	2%	23.655.979	198.156.978
Terreno.....	10.500.000	10.500.000	-	-	-	-	10.500.000	13.431.287
Total	55.936.652	55.936.652	21.045.711	734.962	21.780.673	-	34.155.979	211.588.265

Conta Patrimonial	Saldo Inicial	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido	Valor Justo
Propriedade investimento.....	45.436.653	45.436.653	19.575.788	1.469.923	21.045.711	4%	24.390.942	188.510.862
Terreno.....	10.500.000	10.500.000	-	-	-	-	10.500.000	12.759.600
Total	55.936.653	55.936.653	19.575.788	1.469.923	21.045.711	-	34.890.942	201.270.462

NOTA 11 - Imobilizado:

Conta Patrimonial	Saldo Inicial	Adições	Saldo	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Depreciação Acumulada	Taxa Depreciação a.a.	Total Líquido
Comput./perif.....	6.458.381	1.481.869	7.940.250	4.929.943	772.796	5.702.739	20%	2.237.511
Edifícios.....	8.122.126	-	8.122.126	4.318.652	162.443	4.481.095	2%	3.641.031
Imóveis.....	11.032.356	-	11.032.356	1.740.741	261.665	2.002.406	2%	9.029.950
Instalações.....	7.128.649	1.125.148	8.253.796	5.947.578	229.447	6.177.025	10%	2.076.771
Máq. Equip.....	1.761.230	245.401	2.006.631	1.526.166	48.637	1.574.803	10%	431.828
Móveis/utens.....	4.845.964	746.602	5.592.567	3.670.775	250.286	3.921.061	10%	1.671.506
Obras andam.....	37.276.381	22.307.164	59.583.545	-	-	-	-	59.583.545
Adiant. Forneç. Imob.....	-	3.107.937	3.107.937	-	-	-	-	3.107.937
Terrenos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	82.120.817	29.014.121	111.134.938	22.133.855	1.725.274	23.859.129	-	87.275.809

Obras em andamento: O saldo remanescente da rubrica é composto por obras das futuras sedes: CIEE Porto Alegre - centro histórico R\$ 52.635.342, CIEE Gravataí R\$ 3.553.680, CIEE Passo Fundo R\$ 2.233.744 e CIEE Caxias do Sul R\$ 1.160.779. **Adiantamento de Fornecedores Imobilizado:** O saldo da rubrica é composto por pagamentos realizados a fornecedores de ativo imobilizado, referente a construção da sede CIEE Gravataí R\$ 446.400 e de mobiliário para sede Ciee Porto Alegre - Centro histórico R\$ 2.661.537.

Conta Patrimonial	Saldo Inicial	Adições	Tranferências	Baixas	Saldo	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Baixa Deprec.	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido
Edifícios/perif.....	6.214.510	723.639	-	479.768	6.458.381	4.853.647	550.460	474.164			

... continuação

Obras em andamento: A reclassificação do imobilizado refere-se a conclusão da sede CIEE Santa Maria, o saldo remanescente da rubrica é composto por obras das futuras sedes: CIEE Porto Alegre - centro histórico R\$ 33.030.161, Ciee Gravataí R\$ 2.012.476 e Ciee Passo Fundo R\$ 2.233.744.

NOTA 12 - Intangível: Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenha por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade. O cálculo de amortização é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores identificados com custos com desenvolvimento e andamento são relativos a projetos em andamento. Os intangíveis em desenvolvimento referem-se à produção de conteúdo na plataforma digital a serem ofertados nos programas Aprendiz e Estágio e melhorias nos sistemas de gestão operacional do CIEE.

		Intangível 2023							
	Saldo inicial	Adições	Transfer.	Saldo intangível	Depr. Inicial	Depr. período	Depr. acumulada	Taxa deprec a.a.	Total líquido
Intangível Desenvolvimento Software	2.611.635	2.562.909	(2.611.635)	2.562.909	-	521.730	521.730	20%	2.089.905
Intangível Software	-	-	2.611.635	2.611.635	-	-	-	-	4.652.814
Total	2.611.635	2.562.909	-	5.174.544	-	521.730	521.730	-	4.652.814

		Intangível 2022							
	Saldo inicial	Adições	Transfer.	Saldo intangível	Depr. Inicial	Depr. período	Depr. acumulada	Taxa deprec a.a.	Total líquido
Intangível Desenvolvimento Software	-	2.611.635	-	2.611.635	-	-	-	-	2.611.635
Total	-	2.611.635	-	2.611.635	-	-	-	-	2.611.635

NOTA 13 - Fornecedores e Credores: São registrados nestas rubricas os valores a pagar de: fornecedores de serviços e honorários profissionais, alugueis de imóveis, materiais de consumo e escritório, fornecedores de construção civil e manutenção predial, operadoras de telecomunicações, de água, energia elétrica, fornecedores de serviços especializados de tecnologia, fornecedores de mídia e publicidade, entre outros:

Descrição	2023	2022
Fornecedores a pagar.....	2.309.051	1.784.683
Provisões diversas Fornecedores.....	96.533	98.796
Convênio Bolsa BERGS a pagar.....	-	28.691
Permutas a Compensar.....	27.799	98.914
Total	2.433.382	2.011.084

NOTA 14 - Obrigações Sociais e Tributárias:

Descrição	2023	2022
INSS a Recolher	396.163	246.294
IRRF a Recolher	302.960	409.747
FGTS a Recolher	272.279	240.712
PIS/COFINS/CSLL a Recolher (terceiros).....	31.090	28.855
ISSQN a Recolher (terceiros)	64.164	43.467
Ordenados a Pagar	959.422	683.769
Provisão de Férias e Encargos Sociais	6.209.174	3.733.305
Total	8.235.252	5.386.149

NOTA 15 - Bolsa Auxílio Estagiários a repassar: São registrados nestas rubricas, os valores recebidos das empresas conveniadas pelo CIEE. Nesse sistema os valores de Bolsa Auxílio são inicialmente recebidos pelo CIEE das empresas concedentes de estágio e repassados integralmente aos estagiários contratados, esses eventos são registrados no Passivo Circulante, nas rubricas BAE Recebidas e BAE Distribuídas, respectivamente.

Descrição	2023	2022
Bolsa Auxílio Estagiários a Repassar.....	5.286.700	6.625.410

NOTA 16 - Depósitos Judiciais, Provisões para Contingências: A Entidade é parte de diversos processos de natureza trabalhista e cível, à cargo de consultores jurídicos externos, os quais estimam como perdas prováveis os valores de R\$ 59.106 em 2023, dentro o montante dos depósitos judiciais, R\$ 49.632 refere-se a garantias judiciais de processos trabalhistas que se encontram em julgamento, estão associados aos processos estimados como perdas prováveis. As provisões para eventuais perdas prováveis são estimadas e atualizadas pela administração.

Descrição	Provisões para Contingências		Depósitos Judiciais	
	2023	2022	2023	2022
Decisões Judiciais	-	-	-	345.200
Reclamatórias Trabalhistas	59.106	56.579	473.067	235.535
Total	59.106	56.579	473.067	580.735

Movimentação das Provisões para Contingências Cíveis/Trabalhistas

	2023	2022
Saldo Inicial	56.579	97.503
Baixas	(34.473)	(40.924)
Adições	37.000	-
Saldo Final	59.106	56.579

Existem processos em andamento contra a Entidade, os quais foram analisados por seus assessores jurídicos e classificados como possíveis obrigações futuras, para os quais foram estimados valores de desembolso no montante de R\$ 3.484.861 em 2023 (R\$ 1.696.539 em 2022). A totalidade dos processos classificados como o risco de perdas possíveis não são provisionadas nas demonstrações contábeis e referem-se a reclamatórias trabalhistas de ex-colaboradores e de jovens do programa aprendiz da modalidade CIEE empregador. Dentro o montante dos depósitos judiciais, R\$ 423.434 refere-se a garantias judiciais de processos trabalhistas que se encontram em julgamento, (R\$ 580.735 em 2022) estão associados aos processos estimados como perdas possíveis.

NOTA 17 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio líquido compreende o Patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos ao longo dos exercícios. Conforme o estatuto social o CIEE/RS deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção dos seus objetivos, não podendo por consequência, distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de seus resultados.

NOTA 18 - Receitas Operacionais:

	2023	2022
Receitas Atividades da Assistência Social		
Contribuição Institucional Programa Aprendiz Legal...	65.675.467	57.581.067
Contribuição Institucional Programa Estágio	35.519.607	31.087.524
Receita Programas P.O.D./C.J. Estado RS	4.825.410	2.989.811
Outras Receitas Operacionais		
Receita Centro de Eventos	1.199.618	758.991
Receita de Aluguéis salas/cítos	3.813.398	3.179.140
Receita Estacionamento	620.363	373.695
Receita Cafeteria	21.466	58.850
Receitas Diversas	325.925	418.984
Receitas convênios inst. bancárias.....	309.480	350.000
Receita recuperação IPTU imóveis.....	-	605.708
Reversão provisões processos trabalhistas.....	171.310	-
Total	112.482.044	97.403.770

NOTA 19 - Custos e Despesas Operacionais de Assistência Social: O CIEE-RS, enquanto organização de Assistência Social e fazendo parte da rede socioassistencial privada, atua diretamente em dois sistemas buscando mecanismos para garantir a promoção da proteção social, atendendo indivíduos e suas famílias. Com isso, seja através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS ou do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, a Entidade desenvolve suas ações baseadas nestes princípios, buscando a garantia da promoção dos direitos socioassistenciais. Os atendimentos realizados são totalmente gratuitos aos seus beneficiários de forma continuada, permanente e planejada. Oferece oportunidades para construção da autonomia pessoal e social de seus usuários pela promoção do protagonismo, garantindo a defesa e a efetivação dos direitos sociais. Os serviços e programas oferecidos pelo CIEE estão fundamentados nas legislações do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA (8.069/1990), da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (8.742/1993) da Aprendizagem (10.097/2000), de Estágio (11.788/2008), da Constituição Federal e legislações afins. No Programa de Integração ao Mundo do Trabalho o CIEE/RS atua como agente de promoção do desenvolvimento social fazendo necessários para a inclusão produtiva de adolescentes e jovens por meio do Estágio e Aprendiz Legal que auxiliam na qualificação e na descoberta de potencialidades. Integrados ao mundo do trabalho. Os recursos destinados a realização dos programas correspondem aos ativos ou conjunto de ativos empregados exclusivamente para execução das ofertas de serviços prestados pela OSC, eles estão segregados por Programas, garantindo o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social quanto a gratuidade concedida. Esta gratuidade é mensurada pelos gastos incorridos nos períodos que as demonstrações contábeis se referem, permitindo demonstrar as despesas diretas alocadas na execução dos serviços, assim como a apropriação das despesas Gerais e Administrativas que integram a composição dos gastos dos programas. **a) Programa de Aprendizagem:** O Programa de Aprendizagem tem por objetivo a inclusão de adolescentes e jovens ao mundo do trabalho por meio da formação e qualificação profissional e da garantia de atuação em empresas. Previsto pelo art. 428 e seguintes da CLT, regulamentado pela Lei nº 10.097/2000 e reconhecido pela Lei 12.868/13 como programa de Assistência Social e de forma complementar pelas políticas intersectoriais, atende prioritariamente, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social sem experiência ou qualificação profissional, por meio de ações de proteção social que viabilizam a promoção do protagonismo e da autonomia dos usuários, além da mediação do acesso ao mundo do trabalho com o acompanhamento e intervenções de apoio, visando à adaptação e permanência de jovens e adolescentes no mundo do trabalho. Os usuários participam de formação técnico-profissional metódica, que possibilita a convivência e desenvolvimento de atitudes e habilidades. As atividades do programa são desenvolvidas em encontros presenciais nas dependências do CIEE/RS como Entidade formadora. As atividades práticas são desenvolvidas nas dependências das unidades concedidas de aprendizagem, que possibilita, simultaneamente, a integração do conhecimento teórico e prático. A capacitação teórica visa à formação técnica, na respectiva área profissional do curso, e à preparação pessoal para o fortalecimento social e pedagógico dos adolescentes e jovens, para criar mecanismos de enfrentamento e resolução das situações apresentadas na rotina diária do mundo do trabalho, em 2023 totalizaram 858.893 atendimentos, entre encontros teóricos realizados, contratos emitidos e encaminhamentos dos jovens com 13.684 aprendizes atendidos. **b) Programa Estágios CIEE:** Atualizado pela Lei nº 11.788/2008, o Estágio, além de promover o protagonismo juvenil, durante o seu processo, propicia ao usuário o aprendizado social, profissional e cultural. Nesta perspectiva, o jovem tem a oportunidade de se desenvolver como sujeito de direito, para a vida cidadã e para o trabalho, vivenciando situações práticas nas organizações parceiras, em 2023 totalizaram 113.389 atendimentos, entre serviços executados emissão de TCE s/TAs e encaminhamentos dos estudantes com 47.190 estagiários atendidos. **c) Desenvolvimento Socioeducativo / Oficinas:** O serviço promove ações socioeducativas que auxiliam no desenvolvimento integral do usuário, auxiliando na aproximação, preparação e integração ao mundo do trabalho. As oficinas de capacitação e qualificação são articuladas a um conjunto de ações que visam à construção e à reconstrução das histórias e vivências individuais e coletivas dos usuários, na família e no território. As oficinas estruturam-se em 04 (quatro) eixos temáticos: Cidadania e Fortalecimento de Vínculos, Mundo do Trabalho, Geração de Renda e Mobilidade Social e Preparação para Acesso ao Ensino Superior. Os usuários são beneficiados através das oficinas gratuitas que são desenvolvidas no CIEE-RS, em Organizações Sociais, Instituições de Ensino e em Organizações públicas e privadas. Em 2023 totalizaram 16.872 atendimentos aos estudantes, estagiários e aprendizes. **d) Programa de Oportunidades e Direitos - POD Socioeducativo:** O Programa de Oportunidades e Direitos, POD Socioeducativo, é resultado da parceria entre a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo e o CIEE RS. O POD atua no acesso aos direitos de adolescentes e jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE),

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Serviços / Programas de Assistência Social: 2023

Descrição	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Aprendiz	Programa de Desenv. Socioeducativo / Oficinas	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Estágio	Programa de Oportunidade e Direitos: POD Socioeducativo	Programa Centro da Juventude Alvorada	2023
Salários/encargos benéficos/trein.....	24.062.575	588.653	11.414.455	1.731.461	412.823	38.209.967
Seguro de vida e Assistência Médica.....	-	-	100.679	-	-	100.679
Publicidade e Divulgação.....	1.172.303	23.627	180.002	138.168	1.752	1.515.852
Materiais de Consumo.....	374.215	7.961	187.276	5.841	10.498	585.791
Infraestrutura de sede.....	3.016.977	76.955	1.527.898	102.550	45.000	4.769.380
Serviços Públicos.....	715.042	9.771	296.456	13.725	-	1.034.994
Serviços de Comunicação.....	432.637	6.040	390.294	682	186	829.839
Serviços Especializados Contratados.....	3.429.577	510.453	1.192.353	27.200	85.694	5.245.277
Depreciações e Amortizações.....	1.531.516	31.170	604.916	-	-	2.167.602
Outras Despesas Operac.....	4.204.996	36.497	710.272	286.110	246.923	5.484.798
Total Programa.....	38.939.838	1.291.127	16.604.601	2.305.737	802.876	59.944.179

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Serviços / Programas de Assistência Social: 2022

Descrição	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Aprendiz	Programa de Desenv. Socioeducativo / Oficinas	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Estágio	Programa de Oportunidade e Direitos: POD Socioeducativo	Programa Centro da Juventude Alvorada	2022
Salários/encargos benéficos/trein.....	19.187.452	503.304	12.561.851	1.572.958	426.804	34.252.369
Seguro de vida e Assistência Médica.....	-	-	114.350	-	-	114.350
Publicidade e Divulgação.....	1.115.446	20.575	180.425	22.500	131.041	1.469.987
Materiais de Consumo.....	264.267	5.031	175.868	9.346	23.324	477.836
Infraestrutura de sede.....	2.595.971	27.789	1.386.936	294.730	37.076	4.342.502
Serviços Públicos.....	645.162	8.064	299.831	29.528	-	982.585
Serviços de Comunicação.....	272.259	5.524	266.917	65	65	548.119
Serviços Especializados Contratados.....	3.138.443	127.259	1.432.832	31.502	161.240	4.891.276
Depreciações e Amortizações.....	1.105.590	1.105.590	501.228	-	-	1.641.945
Outras Despesas Operac.....	3.866.752	37.893	780.029	229.384	306.712	5.220.770
Total Programa.....	32.191.342	770.566	17.700.267	2.190.013	1.089.551	53.941.739

NOTA 20 - Custos e despesas operacionais de outras atividades operacionais:

Descrição	2023	2022
Custos e despesas locações propriedades CIEE:		
Centro de Eventos/Salas e Cítos/Estacionamento/Cafeteria		
Salários/encargos benéficos/treinamentos.....	508.517	481.527
Publicidade e divulgação.....	-	2.635
Materiais de consumo.....	33.495	36.132
Infraestrutura de sede.....	534.726	436.341
Serviços públicos.....	593.790	517.299
Serviços de comunicação.....	2.920	2.570
Serviços especializados contratados.....	759.188	784.790
Depreciações e amortizações.....	814.364	(127.299)
Outras despesas operacionais.....	84.834	92.488
Total	3.331.834	3.884.268

NOTA 21 - Trabalho Voluntário: Em atendimento à NBC ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros "O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício das suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro". O CIEE/RS valoriza as receitas com trabalho voluntário inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo, considerando os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As Receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida às despesas operacionais.

Descrição	2023	2022
Despesas com Trabalho Voluntário.....	(2.967.778)	(3.487.563)
Receitas com Trabalho Voluntário.....	2.967.778	3.487.563
Trabalho Voluntário.....	-	-

NOTA 22 - Resultado Financeiro: O resultado financeiro abrange basicamente as receitas de juros dos rendimentos e das perdas na carteira de fundos de investimentos bancários de aplicações financeiras da entidade, além dos rendimentos/proventos das ações linhas de telefonia. Os rendimentos e as perdas são reconhecidos no resultado, através do método de juros efetivos.

Descrição	2023	2022
Rendimentos de aplicações.....	37.091.119	30.673.564
Juros, multas e outros rendimentos.....	21.629	152.153
Total	37.112.748	30.825.717
Perdas em aplicações financeiras.....	(127.343)	(122.299)
Resultado financeiro.....	36.985.405	30.703.418

NOTA 23 - Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal: O CIEE-RS é constituído como Associação Civil, sem fins lucrativos, que atua predominantemente na área de Assistência Social podendo atuar na Educação e Cultura, nesta condição é possuidor de todos os seguintes Registros e Títulos Declaratórios outorgados pelo Poder Público: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, cfe. Processo nº 203.862/76 deferido em 11/08/1976; inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social Sede CMAS de Porto Alegre, nº 246/99 Resolução nº71, de 19/11/1999, atualizada nº 237/2013, conforme Resolução nº 310/2013, estabelecendo os serviços e programas desenvolvidos e possui inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social de suas unidades no interior do estado com CNPJ ativos; Declaração de Utilidade Pública Estadual, Decreto nº 23.142 de 10/06/1974 publicado no DOE de 10/06/1974. Declaração de Utilidade Pública Municipal, Lei Municipal nº 5.425 de 29/06/1984 publicado no DOM de 03/07/1984; Registro na Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul, Certidão de Registro nº 311249, sob o processo nº 23210000036078; Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, sob o nº 8.018 e também estão inscritos seus programas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios onde executa o Programa de Aprendizagem profissional. O CIEE-RS goza plenamente da imunidade tributária em relação aos IMPOSTOS, nos termos do Artigo nº 150, Inc. VI, "c" da Constituição Federal, e, pelo atendimento do Art. 14 do CTN, visto sua qualificação como Entidade sem fins lucrativos. Também goza da imunidade tributária em relação às CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS, à luz do § 7º do Art. 195 da Constituição Federal, conforme decidido pelo STF quando do julgamento das ADIns 2028 e do RE 566622. O CIEE-RS, em cumprimento da legislação que lhe é pertinente por ser Entidade de assistência Social sem fins lucrativos (Lei nº 8742/93 - LOAS e Lei nº 12.011/2009).

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, o pedido de Concessão protocolizado sob número 71000.036822/2020-29 em 17/06/2020, foi DEFERIDO pela Portaria nº 103/2020, item 3, de 28/07/2020, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2020, com validade de 30/07/2020 a 29/07/2023 e prorrogado pela Portaria nº 49/2022, no Diário Oficial da União de 25/02/2022, com validade de 30/07/2020 a 31/12/2024, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 e decreto nº 8.242/2014. **Em atendimento ao item 27, letra "C" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros,** os tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios de 2023 e 2022 são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o superávit apurado (CSLL), da Contribuição Previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), programa de integração social (PIS) e dos impostos municipais IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Nos Exercícios de 2023 e 2022, o CIEE/RS usufruiu da Isenção das Contribuições Previdenciárias conforme demonstrativo:

Descrição	2023	2022
Contribuição Social - Cota Patronal.....	7.479.958	6.556.951
Contribuição Social - SAT.....	373.998	327.848
Contribuição Social - Terceiros.....	1.425.145	1.299.389
Contribuição Social - Autônomos.....	52.885	54.466
Total	9.331.984	8.238.664

NOTA 24 - Seguros (não auditado): A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros D&O contra riscos operacionais tem a cobertura de R\$ 15.000.000 para responsabilidade civil. O seguro para danos materiais e bens ativo mobilizado possui a cobertura no limite máximo de responsabilidade R\$ 63.329.868,59.

NOTA 25 - Gestão: a) Gestão de risco financeiro: As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de retração do mercado devido a alterações na legislação do estágio, aprendizagem e trabalhista, risco de aumento de processos trabalhistas de estagiários e aprendizagem, risco de restrições orçamentárias em órgãos da administração pública, risco de ampliação dos agentes próprios de intermediação das instituições de ensino, risco de retração do mercado devido às crises nacionais e internacionais. A entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados, além de constante monitoramento do mercado em que atua. **b) Gestão de capital:** Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são de salvaguardar a continuidade das operações de filantropia para oferecer retorno à sociedade contemplada com suas ações sociais e benefícios às outras partes interessadas. A entidade tem utilizado essencialmente capital oriundo de contribuições sobre os contratos firmados para intermediação dos programas estágio e aprendizagem além das receitas geradas das atividades meio do seu patrimônio, aplicadas integralmente no financiamento de suas atividades sociais, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de caixa.

... continuação da nota 19

promovendo oportunidades de reinserção social e escolar, além de estimular o ingresso na profissionalização. Toda oferta de serviço desenvolvida pelo programa dá-se em meio aberto após a saída do adolescente da FASE. Como um de seus principais objetivos, busca reduzir os índices de mortalidade de violência e reincidência de atos infracionais por meio da formação do vínculo e estímulo à socialização e à inserção profissional dos jovens. De acordo com a legislação atual, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), todo jovem egresso do sistema socioeducativo tem o direito de dispor de acompanhamento após a sua extinção. Em 09/01/2009, foi sancionada a Lei Estadual nº13.122 - atualizada pelas Leis nº4.227, de 15/04/2013 e